

ECONOMIA SOLIDÁRIA: PRINCÍPIOS, PROPOSTA, REALIDADE E ANÁLISE CRÍTICA DE UM PROJETO UTÓPICO DENTRO DA DINÂMICA CAPITALISTA NEOLIBERAL

Carlos Ferreira Wanderley*

RESUMO: Os efeitos da liberalização, da desregulamentação e da privatização globais, estão se fazendo sentir de forma cada vez mais forte e difusa. Um mundo mais aberto e de novidades consumíveis tornou-se aquele que desemprega e precariza a força de trabalho, resultado, portanto, do mais patente ajuste que o capitalismo vem realizando, sobretudo no paradigma neoliberal. Como decorrência, surge o desemprego e a precarização, que forjam quase que naturalmente as proposições da economia solidária na busca de soluções, o que, efetivamente, configura-se como a iniciativa de constituir práticas amenizadoras do não assalariamento para subsistência de seus trabalhadores. Destarte, o que apresentamos neste trabalho, nada mais é do que o que significa o uso desta categoria, que conjectura, pelo menos do ponto de vista teórico, a ideia de “uma terra prometida”, e buscar compreender em suas relações endógenas e exógenas, fatos que possam trazer à tona elementos explicativos para sua proposta como espaço de autonomização. Assim, de viés crítico, uma análise da economia solidária como projeto utópico, dentro da realidade do capitalismo atual.

Palavras-chave: Economia Solidária; Estado Neoliberal; Precarização; Crítica.

1. INTRODUÇÃO

O sonho de formar uma sociedade emancipada há tempos permeia o imaginário dos povos. Robert Owen (1770-1858), um dos socialistas utópicos, na concepção de Engels(s/d), estabelece sua vida ao redor de uma estrutura social na qual todas as pessoas têm seus afazeres e seus espaços específicos previamente determinados, sem deixar, no entanto, de vislumbrar possibilidades de emancipação socioeconômica em outros contextos de ordem social que não mais o do capital.

Para Grade e Aued (2011, p.1), “muitas são as experimentações, enquanto crítica empírica, portanto reais, na busca pela construção de uma outra sociedade que se contrapõe ao modo de produção capitalista”. Tal crítica, pelo que já pesquisamos², pode estar sendo materializada, sobretudo nos últimos anos, na forma, na concepção e no modelo da categoria econômica e de inserção ao trabalho nomenclaturada de *Economia Solidária*.

Além das iniciativas de Owen, surgem as de Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), com um único sonho, o de formar esta nova sociedade, que depois, vem a se metamorfosear no final de século XX no Brasil, em campos e cidades, como modo de sobrevivência ao desemprego e a precarização. É em Paul Singer, o socialista utópico da contemporaneidade – principalmente o Singer dos anos de 1970³ - que a economia solidária encontra também a sua base teórica de sustentação para discussão nesta pesquisa.

Ademais, quando o debate é sobre a autogestão no âmbito do solidarismo, como um dos elementos de busca da autonomia - já que a emancipação sonhada se encontra mesmo no campo da utopia -, Barbosa (2007, p.135) sustentará que “para a entidade [a solidária], a principal estratégia nesses processos autogestionários é a de refazer valores de submissão e incentivar a solidariedade e capacidade intelectual do coletivo gestor”. Tais fatos acontecem porque há pouca tradição cooperativista na história brasileira. Isto é, haveria uma reprodução do modo de produção capitalista dentro e fora destas entidades, salvando-se poucos casos para uma autogestão real. Portanto, na maioria, uma ilusão.

O que apresentamos aqui, nada mais é, do que significa o uso desta categoria, que conjectura, pelo menos do ponto de vista teórico, a ideia de “uma terra prometida”, e buscar compreender em suas relações endógenas e

* Doutorando em Geografia - Dinâmica Sócioespacial, pela Universidade Federal de Goiás (UFG)/Professor do Eixo de Gestão do Instituto Federal de Brasília (IFB).

² Wanderley (2008; 2010).

³ Nos anos 2000, vemos outro Paul Singer, com posições menos radicais. Assume a Secretaria Nacional de Economia Solidária, como secretário de governo de Luís Inácio Lula da Silva e ameniza suas críticas ao capitalismo e suas relações com o trabalho e o Estado.

exógenas, fatos que possam trazer à tona elementos explicativos para sua proposta como espaço autonomizador, considerando a ordem capitalista liberal vigente, com suas características de seletividade, meritocracia individual e a mais latente e indefensável delas, a da exclusão.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: PRINCÍPIOS, PROPOSTA E REALIDADE

Há significativas transformações ocorrendo no capitalismo, as quais afetam sobremaneira o mundo do trabalho. Desse modo, é impossível pensar nas transformações pelas quais o trabalho está passando sem ter presente a dinâmica do capitalismo e as características que este assume para se manter em tempos de mundialização.

Neste sentido, Antunes (2009, p.17) dirá que, particularmente nas últimas décadas, “a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana”. E prossegue afirmando que

A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, tem acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada primordialmente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (ANTUNES, 2009, p.17).

Por sua vez, David Harvey (2012, p.117-119) também afirma ter havido uma mudança no capitalismo, embora a lógica inerente à acumulação capitalista e tendências de crise permaneçam as mesmas, segundo ele.

O reordenamento do capitalismo mundial, cuja lógica de mercado atinge a todos os que se lhe submetem, prejudicando direitos conquistados, diminuindo os postos de trabalho, produzindo salários precários e a desqualificação dos trabalhadores, tem como alvo a questão do trabalho e, por conseguinte, do Estado reorientando e reduzindo sua capacidade interna (na sua aparência) devido às injunções impostas pelas organizações multilaterais. Foi assim fortemente percebido nos primeiros instantes do neoliberalismo até hoje.

Na capacidade desse processo de reacomodação do capitalismo evidenciam-se, também, lutas de resistência que perpassam todas as classes sociais, indo além da questão dos direitos sociais, criando espaços públicos de debates e construindo possibilidades de superação da lógica da concentração e da exclusão.

Neste sentido, é possível perceber que o trabalhador se torna sempre o alvo principal de todo o processo de reestruturação produtiva no qual está inserido. Sensações e receios antes ignorados passam a fazer parte do seu cotidiano, levando ao sentimento de insegurança e instabilidade no emprego – quando não ocorre sua perda efetiva. Dessa forma, não tendo a segurança da formalização contratual de trabalho assalariado, eis que uma grande massa envereda-se em possibilidades de ocupação e de renda não assalariada nos chamados empreendimentos solidários.

No entanto, para Grade e Aued:

Observar se novos elementos, embora ainda em processo de espacialização e territorialização, se evidenciam em experimentos como os da Economia Solidária, a partir dos autores que os pesquisam, não tem sido uma prática teórica normal e comum, entretanto este espaço parece estar indicando a possibilidade de emergência de novas relações sociais, e para percebê-las necessário se faz evidenciar qual a dinâmica da economia solidária. (GRADE E AUED, 2011, p.4).

Para uma maior compreensão do que é esta categoria da economia solidária, voltaremos aos primeiros instantes da *cooperação organizada* e veremos o cenário de uma Europa conturbada por uma Revolução Industrial

acelerada e uma Revolução Francesa decepcionante: “O estado da razão falira completamente; [...] A ‘liberdade’ da propriedade dos entraves feudais; e a ‘fraternidade’ do lema revolucionário tomou corpo nas deslealdades e na inveja” (ENGELS, s/d).

Desse modo, Engels ressalta que faltavam apenas os homens que pusessem em relevo o desengano, e esses homens surgiram nos primeiros anos do século XIX: “em 1802, vieram à luz as Cartas de Genebra de Saint-Simon; e em 1808, Fourier publicou a sua primeira obra, embora as bases da sua teoria datassem já em 1779 e a 1 de janeiro de 1800, Robert Owen assumiu a direção da empresa de New Lanark”. São estes os que Engels vai chamar de socialistas utópicos.

Trazendo a reflexão aos dias atuais, nos perguntamos por que a *economia solidária* entrou fortemente na pauta dos debates do Estado, da Academia e dos Movimentos Sociais?

Para Elcio Benini e Edi Benini (2007, p.1),

o fato que coloca a economia solidária no cerne de discussões teóricas e, na dimensão concreta de atividade humana, como movimento em direção de geração de renda e trabalho, é a questão do desemprego. (BENINI e BENINI, 2007, p.1).

Entretanto, para Grade e Aued (2011, p.8) “este espaço socializante, embora ainda capitalista, destrói todos os espaços individuais. A socialização é uma necessidade histórica”.

Para Singer (2002, p.46) a economia solidária é um modo de produção que se constitui ao lado do modo de produção capitalista da pequena produção de mercadorias, da produção estatal, da produção privada sem fins lucrativos. E ressalta que “todos esses modos de produção compõem a formação social capitalista que só é capitalista porque o capitalismo é o maior modo de produção e molda a superestrutura legal e institucional à sua lógica.” (Ibid., p.47).

Entretanto, Rosângela Barbosa dirá que,

isso só reforça a ambiguidade das estratégias nesse seguimento popular que, por um lado, se concentra nas possibilidades de disputa no mercado, vislumbrando, a longo prazo, ações inovadoras que levem tecnologia e recursos para a conquista autoral de *nichos* de mercado mais competitivos pelas cooperativas, de modo a melhorar a renda e a subverter o quadro de pobreza e, por outro lado, alimenta os anseios de que essas atividades se deem num modelo cooperativo capaz de superar a cultura do trabalho capitalista (BARBOSA, 2007, p.119-120).

Contudo, a busca por uma sociedade mais justa e igualitária, segundo Quijano (2002, p.478), é associada a um “modo” ou “sistema alternativo de produção” a partir da instauração do capitalismo, e, com ele, do conceito de “modo de produção”.

Há, para Singer (2002, p.51), diferença entre a economia capitalista e a solidária. Ela se encontra, principalmente, no modo como as empresas são geridas. A economia capitalista utiliza-se da heterogestão, a administração é hierárquica; na economia solidária, pratica-se a autogestão, administra-se democraticamente. A autogestão tem como principal mérito o desenvolvimento humano proporcionado aos participantes, não a eficiência econômica, embora ela seja necessária. A racionalidade da empresa solidária segue uma lógica diferente da posta pelas empresas capitalistas. Ela surge não somente para permitir ganhos aos sócios, mas a criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo, como também exige de seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição capitalista e a favor da primazia do trabalho sobre o capital. É regida pelos princípios da propriedade coletiva ou associada do capital e do direito à liberdade individual, os quais unem todos os que produzem numa única classe de trabalhadores, os possuidores de capital por igual em cada cooperativa. O resultado material desse processo é a solidariedade e a igualdade. A reprodução desse resultado exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. A economia solidária é composta por empresas que praticam a autogestão e tem como pressupostos: negação da separação entre trabalho e meios de produção; o capital é de quem nela trabalha e, nesse sentido, trabalho e capital são fundidos; a proprie-

dade é dividida de forma igualitária entre todos os trabalhadores; todos têm o poder de decisão; a finalidade não é maximizar o “lucro”, não há recebimento de salário, e sim retiradas de acordo com a receita obtida que será igual ou desigual, a partir de decisão tomada em Assembleia; as sobras terão seu destino decidido por Assembleias; novos sócios passarão por estágio probatório. (SINGER, 2000)

No entendimento deste pesquisador,

para que a economia solidária transforme-se de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, terá que alcançar níveis de eficiência na produção, mediante apoio de serviços financeiros e científicos solidários. (SINGER, 2002, p.53).

Na prática, “a economia solidária identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade despertando e proliferando as iniciativas e práticas socioeconômicas diversas” (FRANÇA, 2002, p.14).

Neste contexto, merece especial atenção o papel do Estado na garantia das experiências dos empreendedores, ou seja, um Estado que tenha um caráter de atuação regulador, que propague a igualdade entre os cidadãos. Nesta abordagem, ele passa a ter um papel fundamental no sentido de aportar condições para que a auto-organização livre dos produtores e consumidores possa ser efetivada (SINGER, 2000).

De acordo com Mance,

é necessário promover o avanço das formas organizativas que facilitem a colaboração entre as várias organizações que desejam se apoiar, consolidando, assim, as práticas de economia solidária de forma a integrar redes locais, regionais, nacionais e internacionais (MANCE, 2002, p.87).

Para isso, são necessárias mudanças, tanto culturais quanto uma nova institucionalização para o mundo do trabalho. De acordo com o utópico Singer (2000, p.138): “A economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos que esperam em vão um novo emprego e a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria, individual ou coletivamente”.

Ao tratar da questão da autonomia dentro da economia solidária, Leff (2001, p.121) dirá que essa construção se faz possível quando baseada no pressuposto de “uma racionalidade ambiental que substituirá a racionalidade econômica. Isto é, há uma comunidade que preserva o meio ambiente e, com os valores de troca, transforma-os, integra-os com a economia de mercado”. Assim, ao invés do modo de produção e da forma socioeconômica, esse autor propõe a definição de formações socioeconômico-ambientais.

Malassise (2005, p. 1) vai defender a ideia “que esta (a **economia solidária**) não pode ser dita revolucionária, porque não intenciona derrubar a economia capitalista” (Ibid., 2005, p.2). Malassise considera a economia solidária, portanto, como relacionada a um tipo de sociabilidade, e “a partir daí o cooperativismo e associativismo surgem como instituições alternativas de organização produtiva no qual a liberdade individual é aceita e tem como critério máximo a adesão voluntária e consciente de seus membros”.

Na crítica de que a economia solidária não é espaço de emancipação e de que não tem condições concretas para ser um estágio precedente ao socialismo, isto é, que a economia solidária apenas compete com o capital, mas não o elimina, pelo menos de imediato, Singer (2003, p.18) sustenta que esta afirmação é falsa sob todos os pontos de vista. E justifica: “porque o capital só pode ser eliminado quando todos os trabalhadores estiverem aptos a praticar a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona”⁴. E instiga os críticos: “o que colocar no lugar da gestão capitalista?”. E ele mesmo responde: “certamente não um planejamento geral que centraliza todas as decisões econômicas nas mãos dum pequeno número de ‘especialistas’”. Segundo ele, “a economia solidária melhora para o cooperador as condições de trabalho, mesmo quando estas continuam deixando muito a desejar”. E reforça: “afinal

⁴ Para Singer (2003, p. 28), este é provavelmente o principal papel da economia solidária na luta pelo socialismo. “A autogestão generalizada da economia e da sociedade – que constitui a essência do programa econômico e político do socialismo – só conquistará credibilidade quando houver a prova palpável de que ela não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas. A construção de empreendimentos solidários é o método mais racional de obter tal prova.

de contas, assumir o poder de participar das decisões e, portanto, de estar informado a respeito do que acontece e que opções existem é um passo importante para a redenção humana do trabalhador”. (Ibid., 2003, p.18).

O que debilitaria então o desenvolvimento da economia solidária? Singer (Ibid., p.24) reconhece algumas de suas fragilidades, respondendo: “é que a maior parte de suas unidades atua isoladamente em mercados dominados por empresas capitalistas, com pouco ou nenhum acesso a crédito, a redes de comercialização, à assessoria tecnológica, etc.”.

Neste sentido, como solução, Mance (2002, p. 37-42) sugere as redes de colaboração solidária, tendo como pressuposto principal a formação de uma sociedade em rede. Para ele, “a organização de redes de colaboração solidária, tende a construir uma sociedade alternativa ao capitalismo, valendo-se dos recursos que nele foram produzidos”. No entanto, segundo esse pesquisador, para a viabilização dessa organização, uma condição é necessária, “que todos os que aderirem ao projeto pratiquem o consumo solidário, ou seja, deem preferência a produtos produzidos pelas redes de colaboração solidária”.

3. CRÍTICA À ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESPAÇO DE NÃO-AUTONOMIZAÇÃO E DE PRECARIZAÇÃO

Existem críticos que, embora ressaltem relativos ganhos nos experimentos de economia solidária, sustentam que, dentro do capitalismo, há limitação desta categoria econômica. Isto porque o trabalho social quando gerado, o produto do trabalho do produtor direto passa a ser o meio de conexão com todos os outros produtores na forma de mercadoria e circulação de riqueza como valor.

Neste sentido, a própria Barbosa (2007, p. 21) aponta para as contradições inerentes à economia solidária, principalmente, quanto a sua eficácia dentro da dinâmica do capitalismo:

O termo economia solidária já é em si objeto de controvérsia teórica na medida em que carrega duas imprecisões: uma, por supor segmentos diferenciados e autônomos de economia; outra por classificar a economia por uma categoria como a solidariedade, há muito tempo cara ao debate ético social e historicamente enraizado, mas profundamente questionável na sociedade capitalista, que precisa desgarrar os indivíduos de valores substantivos de convivência e inserção social e aproximá-los em condições ou situações políticas principalmente formalistas e instrumentais para os fins de dominação que lhe são próprios (BARBOSA, 2007, p.21).

Contudo, Aued (2000, p.6) diz que “esse novo agente social que se interpõe no interior dos produtores diretos, produz sua existência pelo trabalho dos outros, pela troca, não cria nada”.

No caso da economia solidária e sua relação com o capital, Veronese e Guareshi (2005, p. 61) vão enfatizar a ação restrita e “romantizada” da economia solidária, que teria, portanto, poucos efeitos no global e principalmente dentro do capitalismo:

É uma mistificação pensar que as relações internas dentro de uma comunidade estão suspensas das determinações do capitalismo e que a economia solidária poderia forjar de forma independente, um tipo de racionalidade peculiar. (VERONESE e GUARESHI, 2005, p. 66).

Ademais, Wellen (2007, p. 11) sustenta que “identificamos nas teses de economia solidária um elevado grau de voluntarismo que, por sua vez, pode ser relacionado diretamente com uma posição filosófica idealista”. Entretanto, no mundo real, as organizações da economia solidária, para disputarem com as empresas capitalistas as margens de mercado, precisam portar elementos que as tornem também competitivas.

O próprio Singer (2002, p. 114) chama a atenção para uma tendência histórica de “degeneração” por parte das cooperativas – a forma mais comum de empreendimento solidário -, dos seus princípios autogestionários, transformando-se numa realidade de participação muito mais formal do que efetiva”. Tal realidade é o que ele denomina aqui de cooperativismo de tipo burocrático.

Tomé (2005, p.4), por sua vez, reforçará do antagonismo entre capital e a solidariedade. Assim enfatiza que “todo movimento social organizado para o trabalho autônomo, tutelado por organizações do terceiro setor como ocorre constantemente, ou seja, os membros da economia solidária, estão plenamente adequados ao discurso e prática do capital”. Não há, para ela, alternativa de fato, principalmente “porque ambos os discursos adotam a convivência pacífica entre economias díspares”.

Nisto, Rosa de Luxemburg (2002) vai fazer uma forte crítica ao cooperativismo, o espaço mais comum da economia solidária, encontrada em seu texto “reforma ou revolução”. Segundo ela,

Quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. (LUXEMBURG, 2002, p.82).

Em oposição às colocações de Luxemburg, Singer (2003, p.17) diria que, “se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa”.

Quanto ao fetiche que é construído em torno do empreendedorismo, Barbosa reportará que,

a ideologia liberal do empreendedorismo, da independência quando se é patrão e da supressão do trabalho assalariado tende a constituir esse universo simbólico plasmado na materialidade dos objetivos capitalistas que obscurecem e dissimulam o sobretrabalho advindo da exploração da suposta organização autônoma do trabalho. Essa ideologia transforma trabalhadores em pequenos empresários, com a ilusão de poder econômico e de mobilidade social incluindo mudança de classe social, o que dissimula a real exploração (BARBOSA, 2007, p.87).

Ademais, a proposição do empreendedorismo solidário é um desdobramento da ideologia e institucionalidade neoliberal voltada para a liberalização da economia e a quebra das regulamentações sociais. “O período keynesiano-fordista seria um interlúdio no capitalismo amarrando a liberdade individual e a competição no mercado, encobrando o passado histórico da função empreendedora como força motriz do capitalismo” (Ibid., p.67).

Para o pesquisador Vainer (1999) a luta dos trabalhadores efetiva-se contra os imperativos da economia e, por isso, a construção de um amplo projeto que envolve a solidariedade é inseparável de uma crítica teórica e prática da economia. “Não é possível construir uma alternativa à economia dentro dos seus próprios marcos”. Dessa forma, utiliza-se da noção que Aued (2011, p.19), vai chamar de “utopia experimental”, recolhida nos trabalhos de Henri Lefebvre, “que implica enunciar como horizonte de alternativa à luta contra a economia capitalista, já que ela não se concretiza em uma ruptura abrupta, mas em processos contínuos que se fazem a cada dia”.

Em investigação recente, ao analisarmos empírica e comparativamente as condições dos empreendimentos solidários, (WANDERLEY, 2014), percebemos uma nítida reprodução das condições socioeconômicas heterogêneas, tais quais, as identificadas entre as regiões brasileiras, como é o caso do Sudeste e Nordeste. “No caso do Maranhão, por se tratar, de um estado com os maiores índices de desigualdade do país, a economia solidária é, portanto, o retrato fiel desta realidade” (Ibid., p.98)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi realizada tendo como pano de fundo o labor na economia solidária, a partir da proposta de realidades socioeconômica em seus espaços, dentro da dinâmica do estado neoliberal vigente, paradigma cujo tratamento dado é o da desregulamentação e da precarização, dispensado sobretudo à “classe-que-vive-do-trabalho”⁵.

Entretanto, Paul Singer (2002, p.49) tem sustentado que a economia solidária, deverá “aproveitar-se do desenvolvimento das forças produtivas, relacionar-se com o mercado capitalista, não privilegiar, nem buscar o isolamento”.

⁵ A expressão é de Ricardo Antunes (2009, p. 101), quando diz a “classe-que-vive-do-trabalho, tem como primeiro objetivo conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Quando tantas formulações vêm afirmando a perda da validade analítica da noção de classe, nossa designação pretende enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora em sua forma de ser”.

E reforça; “ela não prescinde do Estado, mas deve buscar a sua autonomia e ter como base a história do movimento anticapitalista”.

Sem embargo, para Wellen (2007, p.11) “como uma proposta que tencione a superar a ordem do capital e abolir as causas que a mantêm não pode prescindir de uma apreensão correta das determinações da totalidade social, a perspectiva apresentada na ‘economia solidária’ se mostra, portanto, não com uma função social revolucionária, mas apresenta um retrocesso ideológico”.

No caso, Vainer (1999) dirá que a economia solidária só será uma proposta alternativa não capitalista “na medida em que ela se constituir em espaços para a utopia experimental, ou seja, na medida em que a própria economia solidária for um espaço em que se vivem as várias formas de sociabilidade do mundo do trabalho, a solidariedade, o sentimento de pertencimento a grupo”.

Por outro lado, consideramos desafiador realizar um trabalho de véis crítico como este, ainda mais à economia solidária, por entendermos que soaria soberbo criticar algo que busca na cooperação uma saída para o desemprego. Daí que nos apropriamos das palavras de Cattani (2002, p. 19), para dizer que “a economia solidária está centrada na geração de trabalho e renda para a população mais pobre e vulnerável”. Porém questionamos com ele: “será esse o único horizonte possível? Não seria possível implementar os princípios da Economia Solidária em indústria de alta tecnologia, em setores empregando profissionais qualificados? E mais: “No lugar de reciclar lixo, existem possibilidades de criação, por exemplo, empreendimentos solidários na área de biotecnologia ou de química fina? (CATTANI, 2002, p. 19).

Há,sem sombra de dúvidas, muitas perguntas a serem formuladas e igualmente respostas serem encontradasna discussão, todavia, a partir do que foi aqui apresentado, reforçamos a posição de que a realidade da economia solidária no neoliberalismo, experimenta efeitos de forte precarização da sua força de trabalho e como consequência a não autonomização de seus sujeitos. É o que constata a própria Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), através de seu Atlas da Economia Solidária, na versão maranhense de 2007(p. 32), quando enfatiza em suas conclusões que “a criação da maioria dos empreendimentos econômicos solidários ainda teve na luta pela sobrevivência seu principal objetivo, superando a motivação da busca pela produção coletiva”. Nas nossas palavras: que os valores solidários e os ideais cooperativos perderam espaço frente à luta pela sobrevivência.

SOLIDARITY ECONOMY: PRINCIPLES, PROPOSAL AND REALITY: CRITICAL ANALYSIS OF AN UTOPIAN PROJECT WITHIN THE DYNAMIC OF THE NEOLIBERAL CAPITALISM.

ABSTRACT: The liberalization, deregulation and global privatization's effects are being felt increasingly strong and diffuse. A more open world and with consumable innovations became one that dismisses and undermines the strength of work, resulted, therefore, the most obvious agreement that capitalism has been doing, especially in the neoliberal paradigm. As a result, unemployment and precariousness arise, which forge almost naturally solidarity economic's propositions in the search for solutions, which effectively appears as the initiative to establish softening practices opposing the subsistence wage of its workers. Thus, what we present in this work, is nothing more than what means the use of this category, that conjectures, at least from a theoretical point of view, the idea of “a promised land”, and seek to understand in their endogenous and exogenous relations, facts that may bring out explanatory elements for its proposal as an autonomous space. Thus, from a critical view, a solidarity economy analysis as a utopian project, within the reality of contemporary capitalism.

Keywords: Solidarity Economy; liberal State; Precariousness; Criticism.

REFERÊNCIAS:

- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA/Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Cartilha da SIES/Unitrabalho/UFMA, 2007.
- AUED, Idaletto Malvezzi; GRADE, Marlene. **Economia Solidária: um caminho para a superação da sociedade capitalista?** Encontro Nacional de Economia Política, 2011.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.
- BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **A economia solidária nos prismas marxistas: revolução ou mitigação?** Núcleo de Economia Solidária da USP (NESOL) – USP. São Paulo. 2007.
- CATTANI, Antônio David. **Dicionário Crítico sobre Trabalho de Tecnologia.** Ed. Vozes. 2002.
- FRANÇA, G. C. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais.** Bahia Análise & Dados, SEI, v 12, nº 1, 9-19. Salvador, 2002.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 22ª edição. São Paulo. Edições Loyola, 2012.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.
- LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou revolução?** Disponível em: Luxemburg Internet Archive (marxists.org), 2002. Acesso em: 06/09/2012.
- MALASSISE, Regina L. S.; ALVES, Rozana. **Condições de vida e trabalho na Economia Solidária e na economia capitalista.** NESOL.III Encontro de Economia Solidária. 2005.
- MANCINI, Euclides A. **Rede de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação.** Editora Vozes, 2002.
- QUIJANO, Aníbal. **Sistemas alternativos de produção?** In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, P. & SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, 2000.
- SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 2001.
- TOMÉ, Geruza de Fátima. **Economia solidária: humanização possível no interior do capitalismo?** NESOL.III Encontro de Economia Solidária. 2005.

VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, Gonçalo (org). **Sindicalismo e cooperativismo**. A economia solidária em debate. Transformações no mundo do trabalho. Rio de Janeiro/São Paulo: COOPE/UFRJ, Rede Universitária de Incubadoras, Tecnologias de Cooperativas Populares, UNITRABALHO, 1999.

VERONESE Marília; GUARESCHI, Pedrinho. **Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho**: campo fértil para a prática da Psicologia Social Crítica. Artigo PUCRS. 2005.

WELLEN, Henrique. UFRJ – Ensaio: **Contribuição à crítica da economia solidária**. 2007.

WANDERLEY, F. Carlos. **Gestão de Pessoas: Reflexões sobre a motivação de pessoas nas organizações de Economia Solidária**. São Luís. 2010.

_____ **Crítica aos empreendimentos de economia solidária sob o aspecto da precarização da força de trabalho na periferia da periferia do mundo**. Saabrücken. Ed. Nea, 2014.